

avizados, até já gastaram por conta êsses 8 mil cruzeiros, sem saber que a tramitação normal pela Assembléa, mesmo com toda a boa-vontade dos Srs. deputados, demandaria de um mês a um mês e meio para a total aprovação, eis que a nova tabela de reajustamento, derogando, anulando êstes dois abonos a partir de 1.º de janeiro, praticamente não reajustará os vencimentos. Pelos cálculos feitos por funcionários médios com a queda dos dois abonos a partir de janeiro, o reajustamento será da ordem de dois a três mil cruzeiros. Outro aspecto grave da questão é a elevação do salário família para Cr\$ 2.500,00, que só terá vigência a partir de julho próximo, a par de que o pessoal para obras, aqueles que ganham menos, terão o salário família elevado de Cr\$ 600,00 ou Cr\$ 700,00 para Cr\$ 1.500,00. Justamente os trabalhadores braçais, que recebem vencimentos menores, justamente os trabalhadores que têm família mais numerosa, irão receber Cr\$ 1.000,00 a menos, por filho, do que o pessoal extranumerário fixo. Faço por isso um apêlo ao futuro governador do Estado, a seus partidários nesta Assembléa, que comigo, durante êstes anos todos, defenderam estas teses do aperfeiçoamento da estrutura administrativa, a começar por um justo estudo da retribuição devida aos servidores públicos, faço um apêlo a esta nova força política que ocupará os cargos diretivos do Estado, para que reestudem essa tabela de reajustamento que veio a esta Assembléa, caso contrário a desorganização da estrutura administrativa continuará em progressão geométrica.

Não vou, nestes curtos minutos do Pequeno Expediente, analisar a situação de todos os setores do funcionalismo. Mas tomemos um setor acima do médio, como é o dos engenheiros do Estado. Estamos em assembléas, e com movimentos sérios em perspectiva, tal a situação de salários ridículos. A solicitação para o trabalho é incessante: recorrem a um têrço por dedicação plena; não podendo trabalhar fora, recorrem a um têrço por trabalho integral, ficando jungidos exclusivamente ao desempenho da função pública. Com os vencimentos constantes dessa tabela, é fácil concluir em que situação as carreiras de nível universitário estarão no próximo ano. E como elas, todas as demais do funcionalismo. As associações de classe se reunirão, e enviarão ao presidente da Assembléa Legislativa um memorial demonstrando todos êstes problemas, e apresentando uma solução consentânea com as finanças do Estado, inclusive a reivindicação do 13.º mês, que, aliás, com um orçamento da ordem de 300 bilhões de cruzeiros em 1963, melhores perspectivas deveria oferecer aos servidores públicos.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** — Esgotada a lista de inscrições, a Presidência dará a palavra a quem a solicitar.

**O SR. AUGUSTO DO AMARAL** — Sra. Presidente, peço a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE** — Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral.

**O SR. AUGUSTO DO AMARAL (Sem revisão do orador)** — Sra. Presidente e Srs. deputados, a experiência tem demonstrado que as grandes assembléas, tanto na sua composição como no seu funcionamento, não se mostram muito recomendáveis.

Aquêles que já fizeram parte de uma Assembléa de 75 membros e de outra de 91 membros puderam verificar como aumentaram as dificuldades de articulação do plenário cada vez que a Assembléa foi chamada a decidir sobre proposições de maior importância, ao mesmo tempo que observaram como o aumento compromete a seleção. Pode-se esperar maiores dificuldades para o funcionamento da próxima Assembléa, então com 115 deputados.

E, se a composição da Assembléa continuar a ser regulada pelo atual dispositivo constitucional, dia virá em que o Parlamento de São Paulo será tão numeroso que o seu funcionamento será impossível.

O critério de um representante para 100.000 habitantes foi fixado em 1947, para uma população de 7.500.000 habitantes, com o objetivo de compor uma Assembléa de 75 membros, número considerado ideal. De fato, êsse é um número conveniente, sobretudo para o funcionamento da Casa.

O crescimento espantoso da população e a falta de um limite máximo pré-fixado é que têm propiciado o aumento progressivo do número de deputados. Daí haver, na nossa opinião, a necessidade de se adotar um critério que permita o retorno ao total de 75 deputados, aumentando-se, então, gradativamente, de acordo com o aumento da população, mas em limites razoáveis.

Estudando bem o problema, chegamos à conclusão de que a adoção do critério fixado para a Câmara Federal, na Constituição da República, é a solução que mais convém para a composição da Assembléa de São Paulo.

Assim sendo, feita a devida adaptação, submetemos à alta apreciação dos nossos ilustres pares a presente emenda, que não prejudicará a composição de 115 membros ora em vigor, porquanto a aprovação de reforma constitucional depende de duas sessões legislativas, não podendo de forma alguma ser aprovada antes da posse da nova Assembléa; além disso, a lei em vigor já produziu os seus efeitos. A presente alteração, se vier a ser aprovada, só vigorará para as eleições de 1966 (legislatura 1967/70).

Com esta justificativa, Sra. Presidente, apresentei a esta Assembléa um projeto de reforma da Constituição para reduzir o número de deputados para a próxima legislatura 1967 a 1970, pois, da maneira como vamos, chegaremos a ter duzentos deputados nesta Casa.

O projeto foi apresentado há cerca de uma semana e ainda não apareceu na pauta dos nossos trabalhos. Assim sendo, solicito que a Mesa mande incluí-lo a partir de amanhã, a fim de ser apreciado ainda neste ano.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

**O SR. JOSÉ COSTA (Sem revisão do orador)** — Sra. Presidente, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

"Requeiro, nos têrmos regimentais, seja inserido nos Anais da Casa um voto de congratulações com a diretoria do Semanário "Correio de Pinheiros", pelo início de suas atividades em nossa Capital.

Requeiro, outrossim, que se dê conhecimento da deliberação da Casa aos seus responsáveis.

#### Justificativa

Iniciou suas atividades, com a publicação de seu primeiro exemplar, aos 6 do corrente, o Semanário "Correio de Pinheiros", novo órgão de nossa imprensa, ao qual auguramos o mais absoluto êxito.

Sua diretoria, composta dos Srs. Edssel Loyola Franco, Haroldo M. V. Arantes, Nelson Henrique Solda e Laviero Catenaccio Neto, está imbuída dos melhores propósitos, tendo já declarado alto e bom som que jamais esmorecerá na defesa intransigente, quer dos interesses dos moradores do bairro de Pinheiros, quer dos habitantes de toda São Paulo.

Conhecendo da integridade moral de seus dirigentes, bem sabemos que o "Correio de Pinheiros" atingirá com raro destemor seus objetivos, dando exemplo da boa imprensa, de linha marcadamente democrática. Na certeza de que a Casa, ante o acontecimento, haverá em demonstrar seu regozijo, pela sua unanimidade, submetemos o presente requerimento à sua alta deliberação".

**O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (Sm revisão do orador)** — Sra. Presidente, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

"Requeiro, nos têrmos regimentais, seja consignado na Ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento recentemente ocorrido, nesta Capital, da professora D. Carmen Canônico Belato.

Educadora idealista e competente, inteiramente devotada à causa da educação e do ensino, a professora Carmen Canônico Belato foi surpreendida pela morte em pleno vigor de sua atividade educativa. Diretora do Ginásio Estadual de Cerquilha, seu desaparecimento abriu ali um vazio que dificilmente será preenchido".

**A SRA. PRESIDENTE** — A Presidência dará a palavra a quem a solicitar.

**O SR. ARRUDA CASTANHO (Para reclamação)** — Sra. Presidente, eu solicitaria a V. Exa. uma verificação de presença.

**A SRA. PRESIDENTE** — A Mesa defere o requerimento de V. Exa. e convoca os nobres deputados José Felício Castellano e Fernando Mauro para auxiliarem os trabalhos de verificação.

— É feita a chamada.

**A SRA. PRESIDENTE** — Responderam à chamada 27 Srs. deputados. Não há número regimental para o prosseguimento da sessão.

Srs. deputados, V. Exas. estão convocados para a sessão ordinária das 17 horas.

Está encerrada a sessão.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

## 211.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1962

PRESIDÊNCIA do Sr. Abreu Sodré

SECRETÁRIOS, Srs.: Araripe Serpa e Lopes Ferraz

**O SR. PRESIDENTE** — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 17,00 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Nunes Ferreira — Lincoln Feliciano — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Antônio Mastrocola — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Araripe Serpa — Athié Jorge Coury — Augusto do Amaral — Carlos Kherlakian — Arruda Castanho — Cid Franco — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Dante Perri — Leonardo Cerávolo — Osvaldo Santos Ferreira — Fernando Mauro — Cel. Geraldo Martins — Germinal Feijó — Henrique Peres — Ioshifumi Utiyama — Jacob Zveibil — Jêthero de Faria Cardoso — Chaves de Amarante — Castelo Branco — José Costa — José Felício Castellano — José Maria Costa Neves — Santilli Sobrinho — Juvenal Rodrigues de Moraes — Leônicio Ferraz Júnior — Leônidas Camarinha — Luciano Nogueira Filho — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Jorgo Nicolau — Murillo Sousa Reis — Norberto Mayer Filho — Onofre Gosuen — Orlando Zancaner — Benedito Matarazzo — Cardoso Alves — Abreu Sodré — Almeida Barbosa — Semi Jorge Resegue — Sólton Borges dos Reis — Vicente Botta — Lopes Ferraz — Wilson Lapa e Rubens Granja; e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Marco Antônio — Aníbal Hamam — Farabulini Júnior — Antônio Moreira — Anacleto Barbosa — Realindo Corrêa — Bento Dias Gonzaga — Camillo Ashcar — Lot Neto — Eduardo Barnabé — Francisco Franco — Luciano Lepera — Scalamaudré Sobrinho — Geraldo de Barros — Gustavo Martini — Hilário Torloni — Israel Novas — Jacob Pedro Carolo — Jairo Azevedo — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — João Sussumu Hirata — Magalhães Prado — Rocha Mendes Filho — Lavinio Lucchesi — Leônidas Ferreira — Luiz Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Maurício Leite de Moraes — Modesto Guglielmi — Nagib Chaib — Avalone Júnior — Pedro Paschoal — Ruy Junqueira e Walter Menk.

**O SR. PRESIDENTE** — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. 2.º SECRETÁRIO** procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

— Entra em discussão, e é sem debate rejeitado, sendo mantido o veto, o Projeto de lei n. 874-57 (Autógrafo n. 7.486), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Juvenal Rodrigues de Moraes, dispondo sobre redução de imposto para jogos permitidos em associação, agremiação, clube ou sociedade recreativa da Capital, incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o Artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 14-11-62).

— Entra em discussão o Projeto de lei n. 1.788-57 (Autógrafo n. 7.503), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Germinal Feijó, criando estação zootécnica em São João da Boa Vista, incluído na Ordem do Dia sem Parecer, de acordo com o Artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 14-11-1962).

**O SR. PRESIDENTE** — Há sobre a mesa requerimento do nobre autor da proposição, pedindo adiamento da sua discussão e votação por um dia.

Em discussão o requerimento de adiamento do nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Em votação. Os Srs. deputados que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer como estão. (Pausa.) Aprovado o requerimento de adiamento.

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

— Entra em discussão única, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 102-62, apresentado pelo deputado Jacob Pedro Carolo, declarando de utilidade pública a Câmara de Comércio Britânica e da "Commonwealth", de São Paulo. Parecer n. 2951-62, da Comissão de Justiça, favorável.

— Entra em discussão única, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 164-62, apresentado pelo deputado Avalone Júnior, dando a denominação de "Padre João Batista de Aquino" ao 2.º grupo escolar de Agudos. Pareceres ns. 1516 e 2858-62, respectivamente das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, o Projeto de lei n. 953-59, apresentado pelo deputado Costabile Romano, criando subdelegacia de policia no distrito de Guataparã, município de Ribeirão Preto. Parecer n. 1871-60, da Comissão de Serviço Civil, propondo a transformação da proposição em Indicação. — Parecer n. 1872-60 da Comissão de Finanças, favorável à transformação da proposição em Indicação.

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência anuncia a existência de emenda com 31 assinaturas. A proposição voltará às Comissões técnicas.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 1381-59, apresentado pelo deputado Wilson Lapa, criando Conservatório Dramático e Musical em Mogi das Cruzes. — Pareceres ns. 1703 e 2983-62, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 319-60, apresentado pelo deputado Benedito Matarazzo, elevando a importância dos empréstimos efetuados pela Caixa Econômica aos servidores do Estado. — Parecer n. 2984-62, da Comissão de Finanças, favorável.

— Entra em 2.ª discussão o Projeto de lei n. 1358-61, apresentado pelo deputado José Costa, criando Delegacia Regional de Policia em Adamantina. — Pareceres ns. 2810 e 3210-62, respectivamente das Comissões de Serviço Civil e de Finanças, favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE** — Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Wilson Lapa, solicitando o adiamento da proposição por 5 dias. Está em discussão o pedido de adiamento. (Pausa.) Em votação. Os Srs. deputados que desejarem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 949-59, apresentado pelo deputado Farabulini Júnior, criando uma Escola Artesanal em Nova Aliança. Parecer n. 4200-57, da Comissão de Justiça, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 105-62, apresentado pelo deputado Lavinio Lucchesi, criando Casa da Lavouira em Turiúba. — Parecer n. 3173-62, de relator especial, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 137-62, apresentado pelo deputado Fernando Mauro, criando escola normal em Flórida Paulista. — Parecer n. 3174-62, de relator especial, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 454-62, apresentado pelo deputado Athié Jorge Coury, concedendo pensão mensal a D. Julieta P. Ferreira de Souza. Parecer n. 3.111-62, da Comissão de Finanças, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, salvo emenda, o Projeto de lei n. 810-62, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, dispondo sobre pensão mensal aos cônjuges supérstites não beneficiados pelas Leis n. 483, de 4-9-58 e 5.134, de 7-1-59. Parecer n. 2.973-62, da relator especial, com emenda.

— Posta a votos, é aprovada a emenda.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 906-62, apresentado pelo deputado Sólton Borges dos Reis, transformando em